

O PECADO NA TEOLOGIA BÍBLICA DO ANTIGO TESTAMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DA FÉ CRISTÃ

SIN IN BIBLICAL THEOLOGY OF THE OLD TESTAMENT AND ITS IMPLICATIONS FOR THE TEACHING OF CHRISTIAN FAITH

Guilherme Jr. Guimarães¹

Resumo: Cada teólogo bíblico entende que existam algumas metodologias de estudo mais adequadas do que outras: uns entendem que a teologia bíblica do Antigo Testamento possui centros principais, cujos temas dos textos bíblicos sempre perpassam por eles e os resgatam e desenvolvem, enquanto outros entendem que deve-se fazer um estudo canônico-exegético em que cada tema se desenrola, desenvolve e é compreendido progressivamente na história da revelação, para citar dois métodos bastante debatidos, mas que não são os únicos. Este artigo pretende discutir algumas metodologias do estudo bíblico-teológico do pecado. Devemos perguntar se o estudo dos vocábulos, comumente traduzidos por pecado, culpa, iniquidade, transgressão, falta etc., é importante para a compreensão correta do significado bíblico-teológico de pecado. Procuraremos tecer algumas considerações sobre as implicações que a forma de estudo do pecado pode ter para o ensino da fé cristã nas comunidades cristãs

Palavras-chave: Pecado. Teologia bíblica. Antigo Testamento.

Abstract: Each biblical theologian holds that there are some study methodologies that are more effective than others. Here are two of various methods that have been much debated: some understand that Biblical Theology of the Old Testament has central principles, whose themes always permeate the biblical texts rescuing and developing them, while others understand that one should do a canonical-exegetic study in which each theme unfolds, develops and is understood progressively in the history of revelation. This article intends to discuss some methodologies on biblical theology study of sin. We must ask whether the study of the words, commonly translated as sin, guilt, iniquity, transgression, fault, etc., is important for the correct understanding of the biblical and theological meaning of sin. We will draw some considerations on the implications that the methodology of studying sin can have on the Christian faith in Christian communities.

Keywords: Sin. Biblical theology. Old Testament.

Introdução

O pecado é um dos principais temas tratados na Bíblia. Não é necessária erudição para percebermos a seriedade com que o Antigo Testamento, em particular, trata desse assunto. O tema do pecado está entrelaçado com a revelação de Deus, com a vida do

¹ Possui Graduação em Teologia (STBNET, 2017), Matemática (USP, 2021) e Pedagogia (UNICLAR, 2022), Pós-Graduação Lato-Sensu (Especialização) em Formação e Gestão do Ensino à Distância (UNIP, 2022) e em Docência do Ensino Superior (UNIP, 2022). É estudante de Mestrado em Teologia Bíblica (PUC-SP) sob a orientação do Prof. Dr. Matthias Grenzer. E-mail: gjrg.gjrg@gmail.com

homem bíblico, com o progresso da revelação do plano de Deus e com as notáveis manifestações divinas de juízo. É um assunto importante para a compreensão do plano de Deus na Nova Aliança e de caráter muito prático para a vida cristã.

O estudo do pecado é crucial para entender a própria revelação. Deus se revela santo em contraposição à pecaminosidade humana. Não se pode entender exatamente os efeitos da Queda sem o vocabulário apropriado para defini-los e compreender a extensão deles. É notável, em cada história do Antigo Testamento, como o pecado sempre está presente na comunicação divina, nas teofanias, nas revelações — geral e especial. A cosmovisão bíblica depende de uma teologia bíblica do pecado. Uma vez que “no Antigo Testamento o pecado despedaça a unidade da natureza humana e destrói a harmonia do mundo” (SMITH, 2001, p. 264) — e que a compreensão da redenção depende da compreensão da pecaminosidade —, a formulação teórica do conceito bíblico-teológico de pecado pode impactar — de fato impacta — não apenas a teologia bíblica enquanto disciplina acadêmica, mas várias áreas da vida de fé do cristão: o ensino da fé cristã em relação à correta compreensão do conceito de pecado; os efeitos e dimensões do pecado na vida humana (individual, social e espiritual); o modo correto de agradar a Deus em uma vida de santidade (em oposição ao pecado); o modo de, com tudo isso, Deus ser glorificado através da nossa correta compreensão de como, em Cristo, Ele venceu o pecado e suas consequências mais nefastas: a condenação e a morte (Rm 8,1-2).

No entanto, as diferentes abordagens metodológicas da teologia bíblica² do Antigo Testamento³ levaram alguns autores a diferentes conclusões a respeito do lugar do conceito bíblico-teológico de pecado no âmbito geral de suas obras. Aqueles que trabalham com centros canônicos para desenvolverem sua teologia bíblica do AT às vezes fazem do pecado um conceito central, enquanto outros não dão a devida atenção ao assunto, ignorando suas implicações e correlações internas no âmbito geral da construção do pensamento teológico.⁴

² Pressuponho e adoto neste artigo a definição de teologia bíblica fornecida por Graeme Goldsworthy na obra *Introdução à teologia bíblica: o desenvolvimento do evangelho em toda a Escritura*; tradução de Daniel Hubert Kroker. — São Paulo: Vida Nova, 2018.

³ A partir de agora, sempre que possível e não comprometer a compreensão do texto, utilizarei AT como abreviação de Antigo Testamento.

⁴ Estou consciente de que a metodologia de estudo do pecado em uma teologia bíblica depende da metodologia escolhida para a construção dessa mesma teologia bíblica. Por exemplo, Graeme Goldsworthy em sua *Introdução à teologia bíblica* adota a abordagem de estudo que segue um tema teológico básico (método sintético — *Mittelpunkt*): o evangelho consubstanciado no Reino de Deus, de modo que a forma de estudo do pecado ali fica “subordinada” ao tema central. Evidentemente, não se pode desvincular a forma de estudo do pecado em uma teologia bíblica da forma como foi definida a metodologia de construção dessa

Neste estudo, faremos uma breve análise de algumas metodologias de teologia bíblica e como se aplicam ao estudo do pecado. Procuraremos verificar quais metodologias de teologia bíblica mais se preocupam com o estudo do pecado e de sua relação com o ensino da fé cristã. Em particular, verificaremos se o estudo dos vocábulos, comumente traduzidos por pecado, culpa, iniquidade, transgressão, falta etc., é importante para a compreensão correta do significado bíblico-teológico de pecado.

1. Considerações sobre diferentes metodologias e abordagens no estudo do tema do pecado no Antigo Testamento

Antes de procedermos ao estudo do tema do pecado na teologia bíblica do AT, é conveniente ao menos entendermos os pressupostos metodológicos das diferentes abordagens de algumas obras de teologia do AT consideradas importantes e que foram publicadas em português. No texto, faremos uma breve análise de algumas metodologias e obras na ordem cronológica em que foram escritas *originalmente*, da mais antiga para a mais recente.

Cada teólogo bíblico entende que existam metodologias de estudo mais adequadas do que outras: uns entendem que a teologia bíblica do AT possui centros principais, cujos temas dos textos bíblicos sempre perpassam por eles e os resgatam e desenvolvem, enquanto outros entendem que se deve fazer um estudo canônico-exegético em que cada tema se desenrola, desenvolve e é compreendido progressivamente na história da revelação, para citar dois métodos bastante debatidos, mas que não são os únicos. De acordo com a obra *Teologia do Antigo e Novo Testamento: questões básicas no debate atual*, de Gerhard Hasel, existem ao menos dez métodos diferentes de se fazer teologia bíblica do AT. A questão de se a teologia do AT é puramente descritiva e histórica ou se ela é um empreendimento normativo e teológico é um aspecto da questão do método que já foi debatido anteriormente, se desenvolveu e se renovou e ainda permanece conosco hoje (HASEL, 2015, p. 47).

O caráter descritivo na tradição de pesquisa e elaboração de uma teologia bíblica do AT talvez tenha necessariamente prescindido — para não dizer deliberadamente abandonado — de suas aplicações éticas, cujo caráter é muito mais normativo que descritivo. Assumir a importância e seriedade do estudo do pecado na teologia bíblica do

mesma teologia bíblica. A ideia aqui, portanto, é demonstrar, a despeito das diferentes metodologias de construção de uma teologia bíblica, o espaço e a forma de estudo concedidos ao tema do pecado.

AT é o mesmo que dizer que devemos “penetrar até a natureza da religião do Antigo Testamento” (HASEL, 2015, p. 51, mencionando o pensamento de Otto Eissfeldt), algo considerado inadequado ou até mesmo impossível metodologicamente por uma longa tradição de teólogos bíblicos do AT.⁵

A monumental obra *Teologia do Antigo Testamento*, de Walther Eichrodt, cuja primeira edição alemã é de 1933, é desenvolvida, como é bem conhecido, por meio do conceito central de Aliança, na qual Deus está em uma relação especial com Israel. Na edição em português, publicada em 2004, a palavra pecado aparece 359 vezes, incluindo as aparições em notas de rodapé. Não apenas a palavra pecado é muito presente na obra, como também o tratamento para o conceito é extenso: o capítulo 8 do livro, que trata dos instrumentos da aliança, estuda pecado e juízo como um pressuposto comum na influência de Deus no pensamento profético na estrutura religiosa da profecia clássica. No estudo da concepção profética de pecado, Eichrodt diz que o pecado é “um ataque voluntário a essa relação [com Deus] ou até como uma dissolução da mesma. Desse modo, Oséias pôde resumir a realidade do pecado na ideia de ingratidão, cujo fundamento acha-se, em definitivo, numa aversão contra o ser e a vontade de Deus” (EICHRODT, 2004, p. 334).

No volume 2 da obra de Eichrodt, encontramos no capítulo 23 um tratamento completo da relação entre pecado e perdão, desenvolvido à luz do tema central da aliança, característica de sua teologia bíblica. Nessa parte da obra, o autor não trata apenas de aspectos linguísticos do campo semântico (tão úteis para compreensão do conceito), mas dedica espaço também ao desenvolvimento bíblico-teológico do conceito, como quando fala sobre “a ideia básica e unificadora de um comportamento contrário à norma” (EICHRODT, 2004, p. 824) ou “o conflito entre duas vontades, a divina e a humana” (EICHRODT, 2004, p. 826). São retratados e desenvolvidos os temas da natureza, universalidade, origem e consequências do pecado, além da relação do pecado com o mal.

Gerhard Von Rad escreveu *Teologia do Antigo Testamento*, com a primeira edição em 1962. Seu primeiro tratamento do pecado é no âmbito das origens, remontando,

⁵ De acordo com Hasel (2015, p. 48-9), a tradição de pesquisa e elaboração da teologia bíblica do AT de forma descritiva é sustentada inicialmente pelos trabalhos de Johann Philipp Gabler, Wilhelm Wered e Krister Stendahl. Na esteira do pensamento destes vêm E. Jacob, G. E. Wright, P. Wernberg-Möller e P.S. Watson. Todos esses sustentaram a abordagem descritiva na elaboração de uma teologia bíblica do AT e, de certa forma, criticaram as tentativas de derivar do texto bíblico as aplicações éticas e normativas, típicas da interpretação teológica, considerando que a tarefa exegética se encerrava e se esgotava na tentativa de reconstrução histórica (social, cultural, econômica) do ambiente em que o texto foi composto e compilado.

portanto, à Queda. Segundo Von Rad, a maneira como o pecado é retratado nos textos do Antigo Testamento não tem a pretensão de evidenciar um conceito teológico complexo:

Basta ler de relance os textos do Antigo Testamento para evidenciar-se que muito raramente falam “do” pecado de forma teórico-teológica. Os textos estão repletos de referências a pecados que foram cometidos em algum momento, por alguém, em algum lugar, mas só raramente há uma reflexão teológica sobre “o” pecado, como um fenômeno religioso da máxima complexidade (VON RAD, 2006, p. 151).

O autor retratará a disseminação do pecado e seus excessos derivados por meio de uma inspeção bíblica que se desenvolve desde o relato bíblico da Queda. Adiante, em consonância com a revelação de Deus entregue a Moisés no Sinai, Von Rad enxerga um desenvolvimento maior do tema do pecado na relação com o tema da expiação. É digno de atenção o apontamento de Von Rad de que “foi em especial na linguagem cültica que tanto o substantivo como o verbo foram mais frequentemente empregados” (Von Rad, 2006, p. 257). O autor tira essa conclusão após uma análise lexical dos termos bíblicos hebraicos utilizados para pecado, concluindo que “terminologicamente, Israel definiu o que entendia sobre pecado com uma grande variedade de expressões, o que é perfeitamente compreensível, já que também topou com o fenômeno do pecado de múltiplas maneiras” (VON RAD, 2006, p. 257).

Fundamentado no conceito teológico de revelação progressiva, Geerhardus Vos, em sua *Teologia Bíblica Antigo e Novo Testamentos*, cuja primeira edição original é de 1948, defende um estudo histórico do desenvolvimento da revelação com divisão em períodos. Segundo Vos, por causa da quantidade de material em comum que vários livros do AT possuem, “uma estratégia melhor é aplicar o tratamento coletivo aos períodos iniciais da revelação nos quais a verdade não está ainda muito diferenciada e, então, individualizar nos períodos posteriores em que uma diversidade maior é alcançada” (2019, p.29). Por causa da metodologia adotada, Vos trata do pecado em sua teologia bíblica no capítulo “O conteúdo da revelação profética”, no qual a doutrina do pecado é elucidada a partir do pecado nacional coletivo e do pecado social no desenrolar da história da revelação. A maior parte das outras referências ao pecado estão diluídas nos estudos sobre a autorrevelação divina. Por exemplo, Vos discutirá o assunto da entrada do pecado no mundo no capítulo em que a discussão principal é toda a teologia subjacente ao relato

da Queda em Gênesis 3, entre as quais, evidentemente, se inclui o pecado, embora não apenas.⁶

Ralph L. Smith, em sua *Teologia do Antigo Testamento: história, método e mensagem*, cuja primeira edição original é de 1993, defende uma combinação de um ou mais de seis métodos dentre os dez descritos por Hasel na obra que mencionamos antes: o modelo sistemático; o modelo do tema central; o modelo diacrônico; o modelo da palavra-chave; o modelo da história da tradição e o modelo canônico. Segundo ele, “talvez alguma combinação de todos esses modelos seja necessária para lidar com todo o material teológico no Antigo Testamento” (SMITH, 2001, p.82). Em razão dessa concepção de metodologias combinadas, Smith critica aqueles teólogos bíblicos do AT que não têm em suas obras um capítulo separado para o tratamento do pecado:

Enquanto Young e seus companheiros fazem o pecado o tema central da teologia do Antigo Testamento, principalmente por serem adeptos da teologia federal, alguns teólogos do Antigo Testamento recentes não têm um capítulo separado sobre o pecado. Isso pode, em parte, ser devido às metodologias que os teólogos usam hoje em dia (Smith, 2001, p. 264).

Smith parece ser mais preocupado e cuidadoso com o desenvolvimento bíblico-teológico do pecado. Segundo ele, o pecado é um dos principais temas do Antigo Testamento. Citando De Vries, ele escreve: “Há poucos capítulos que não contêm alguma referência àquilo que o pecado é ou causa” (SMITH, 2001, p. 263). Em sua obra, Smith dedica espaço para tratar da natureza, origem, efeitos e remoção do pecado. Smith também dedica espaço a analisar o vocabulário bíblico de pecado, preocupado em entender a natureza do pecado a partir das descrições bíblicas de reprovação divina. Particularmente interessante na seção sobre pecado e redenção da obra de Smith é sua preocupação pastoral em relação à uma teologia bíblica que leve a sério a questão do pecado:

A Bíblia leva o pecado a sério. “Em contraste com muitos especialistas em religião nos dias de hoje, que procuram desculpar o pecado e desfazer da sua seriedade, a maioria dos escritores bíblicos estava bem ciente da sua malignidade, culpabilidade e tragédia”. A seriedade do pecado no Antigo Testamento fica evidente no distanciamento que causa entre o ser humano e Deus, entre o ser humano e o mundo, entre o ser humano e a sociedade e entre as pessoas (SMITH, 2001, p. 263).

⁶Vos discute temas como a ética, a simbologia da árvore do conhecimento do bem e do mal etc..

Dentre as obras de teologia bíblica consultadas cuja metodologia dedica um capítulo ou seção ao estudo do pecado, a obra de Smith é uma das que mais se preocupa com o aspecto metodológico do estudo do pecado e de sua relação com a piedade cristã, o que coincide com a motivação deste artigo. A preocupação de Smith com o lugar do estudo do pecado na teologia do Antigo Testamento o levou a registrar algumas importantes considerações sobre o assunto, como a de Bruce Milne: “é quase vã a procura por um estudo mais profundo do pecado durante o século XX” (Smith, 2001, p. 265). A situação do estudo do pecado no século XX parece ser tão aterradora que Milne chega a dizer, após analisar obras de Karl Barth, Reinhold Niebuhr e Norman Pittenger, que “a posição bíblica sobre o pecado ainda não se enunciou para o ser humano moderno” (SMITH, 2001, p. 265).

Mas é no campo do Antigo Testamento que a preocupação de Smith pousa quanto ao assunto da metodologia de estudo bíblico-teológica do pecado:

Um dos problemas quando se apresenta a perspectiva veterotestamentária do pecado é a vastidão e a variedade do material. Como lidar com a perspectiva profética e sacerdotal do pecado? Será que a perspectiva do pecado é a mesma no começo e no fim do Antigo Testamento? É necessário fazer um estudo exaustivo das palavras relativas a pecado no Antigo Testamento? Devemos considerar a perspectiva do pecado de Israel à luz dos conceitos dos seus vizinhos? Devemos levantar questões como “qual é a natureza do pecado?”, “qual foi a origem do pecado” e “o pecado é universal”? (SMITH, 2001, p. 265).

Walter Brueggemann, em sua *Theology of the Old Testament: testimony, dispute and advocacy*, cuja primeira edição é de 1997, usa a palavra pecado (em inglês, *sin*) apenas 44 vezes em todo o livro.⁷ As demais ocorrências da palavra pecado, 13 vezes, aparecem nas notas de rodapé — em títulos de livros ou comentários. Considero notável que nas 13 ocorrências da palavra pecado nas notas de rodapé, 9 estão no título da obra *Suffering and sin: interpretation of illness in the individual complaint psalms*, do autor Fredrik Lindström (ConBOT 37; Stockholm: Almqvist and Wiksell International, 1994). É claro que pode haver obras teológicas que tratam do tema do pecado no Antigo Testamento que não possuam o termo pecado no título, mas é notável que as ocorrências

⁷Edição em português: Teologia do Antigo Testamento: testemunho, disputa e defesa. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

da palavra no texto de Brueggemann sejam tão poucas e que o livro mais utilizado para lidar com o assunto do pecado seja uma abordagem restrita ao livro dos Salmos. Nenhuma abordagem bíblico-teológica que desenvolve o conceito de pecado ou que lida com aspectos lexicais de palavras correlatas é encontrada explicitamente no livro. Podemos notar, no entanto, uma relação de causa e efeito estabelecida entre pecado e mal: “Poderíamos dizer que todo esse mal é resultado do pecado, mas Israel resiste a tal conclusão, se por pecado queremos dizer ‘a falha humana’. O mal simplesmente existe, às vezes como resultado do pecado humano, às vezes como algo recebido e só ocasionalmente como algo atribuído a Deus” (BRUEGGEMANN, 1997, p. 159, *tradução minha*).⁸

Paul R. House, em sua *Teologia do Antigo Testamento*, cuja primeira edição original é de 1998, inicia sua discussão sobre método a partir da lista de Hasel que mencionamos anteriormente. Segundo Paul House, Gerhard Hasel defende uma combinação dos métodos.⁹ House diz: “Ele [Hasel] está certo ao afirmar que se deve empregar uma combinação de metodologias, mas errado quanto a qual combinação funciona melhor” (House, 2005, p. 69).

A abordagem de House é chamada por ele de “casamento de abordagens canônica e temática”. Sua defesa se concentra primeiramente em mostrar que a melhor abordagem metodológica de teologia bíblica do AT é a canônica, com um tema centralizador: “a insistência do Antigo Testamento na existência e adoração de um só Deus como ênfase principal, normativa, teológica e histórica”. Ele diz que este é um conceito fundamental e “ajuda a explicar as ideias do Antigo Testamento sobre Deus, Israel e a raça humana”, além de estabelecer “um vínculo teológico extremamente importante entre as comunidades da fé do Antigo e Novo Testamento” (House, 2005, p. 70).

Com essa abordagem metodológica “canônico-temática”, Paul House, à semelhança de outros teólogos do AT, não desenvolve uma seção ou capítulo específico para o tema do pecado. No entanto, é bastante distinto o fato de que House dedica o capítulo sobre Levítico para explanar a santidade de Deus e o pecado. Ou seja, House não dedica uma seção específica para falar do pecado num estudo bíblico-teológico do AT, mas entende que o livro de Levítico fornece uma base importante para esse estudo no

⁸“We may say that all such evil is the result of sin, but Israel resists such a conclusion, if by sin is meant human failure. Evil is simply there, sometimes as a result of human sin, sometimes as a given, and occasionally blamed on God” (Brueggemann, 1997, p. 159).

⁹À semelhança de Smith, que defende uma combinação de seis dos dez métodos apresentados.

restante do cânon: “Levítico demonstra rapidamente que esse é um dos livros de maior inclinação teológica nas Escrituras. Afinal, ele trata um tanto quanto detalhadamente como o Deus santo define o pecado, perdoa o pecado e ajuda as pessoas a evitar o pecado” (HOUSE, 2005, p. 159).

Eugene Merrill, em sua *Teologia do Antigo Testamento*, cuja primeira edição original é de 2006, procura trilhar pelo caminho intermediário entre a abordagem canônica (na qual a teologia é desenvolvida na sequência canônica conforme encontramos na *Bíblia Hebraica*) e a abordagem cronológica (os livros são situados em seus respectivos cenários históricos em ordem cronológica). Apesar disso, Merrill sustenta que a teologia bíblica carece de alguma organização em nível de síntese e sistematização e, assim, constrói sua teologia sobre três pilares: Deus e a pessoa e obra dele; humanidade como imagem de Deus e implementadora dos propósitos eternos dele; Reino, isto é, a arena em que o programa cooperativo de Deus e do homem é representado. Nessa construção teológica, Merrill separa um capítulo sobre a Queda na parte de *Humanidade à imagem de Deus* e ali trata da pecaminosidade humana, alienação, termos técnicos para pecado e os domínios concorrentes. Nesse capítulo, Merrill faz uma teologia bíblica do pecado, mas vai diluindo boa parte dessa teologia (inclusive os termos técnicos para pecado) nos capítulos que se seguem na terceira parte sobre o Reino de Deus (ministérios dos profetas, dez mandamentos etc.).

Bruce Waltke, em *Teologia do Antigo Testamento*, cuja primeira edição é de 2007, dedica dois capítulos iniciais de sua obra para tratar de questões fundamentais para uma metodologia de estudo do AT. Citando Chester K. Lehman, diz concordar com a afirmação de que “o AT deve ser entendido como uma parte da teologia bíblica elaborada com base na ideia fundamental de revelação progressiva e na da unidade majestosa da Bíblia toda” (WALTKE, 2015, p. 91). Num resumo que o próprio Waltke faz da metodologia de estudo do AT, diz:

a tarefa da teologia bíblica é apresentar, de modo resumido, explicações e interpretação sobre a forma final desses blocos de textos – tendo como objetivo deixar que seus vários temas aflorem – a fim de indicar a relação dinâmica que têm entre si, inclusive as continuidades e descontinuidades de uns com os outros, e expor, assim, a revelação progressiva de assuntos pertinentes a Deus”, sendo que “a teologia bíblica trata da mensagem central vital de textos bíblicos, de modo que os diversos temas e convicções da Bíblia possam ser organizados em um testemunho composto, porém unitário, da suprema verdade teológica” (WALTKE, 2015, p. 165).

Waltke trabalha com centros teológicos no desenvolvimento de sua teologia do AT. Para ele, todo desenvolvimento canônico do Antigo Testamento procura revelar a irrupção do reino de Deus. Desse modo, para Waltke, o centro do AT

é que o Deus sublime de Israel, cujos atributos mantêm sob tensão sua santidade e misericórdia, glorifica a si próprio ao estabelecer, por meio de Jesus Cristo e do povo de sua aliança, um domínio universal sobre suas criaturas terrenas, que possuem vontade própria. Essa irrupção do domínio de Deus envolve lutar contra adversários espirituais nos lugares celestiais e contra poderes políticos, sociais e religiosos na terra, destruindo-os em seu justo juízo, ao mesmo tempo em que salva os eleitos (WALTKE 2015, p. 166).

Embora Waltke não separe um capítulo específico em sua teologia para o tema do pecado, pode-se dizer que um de seus capítulos tem como tema dominante o pecado. Em *A dádiva do jardim: a humanidade em período probatório e a Queda*, Waltke desenvolve temas como a escalada do pecado, satanás e os anjos caídos, a natureza do pecado, a Queda e suas consequências, o pecado original, a culpa original, depravação total, entre outros. Portanto, embora Waltke tenha uma metodologia particular e tenha feito um exaustivo trabalho introdutório de fundamentação de sua metodologia, acabou por desenvolver um capítulo cujo tema dominante é o pecado no contexto da análise da Queda em Gênesis 3 e estabeleceu relações conceituais com o restante da Escritura para escrever “uma doutrina do pecado” a partir do evento da Queda.

Consideraremos agora a obra de Walter C. Kaiser Jr., *Plano da Promessa de Deus: Teologia Bíblica do Antigo e Novo Testamentos*, cuja primeira edição original data de 2008. Nesta obra, Kaiser procura desenvolver uma teologia do AT entrelaçada com a do NT, que é a proposta do livro. Ele não apresenta uma metodologia específica de construção de uma teologia bíblica, mas trabalha os livros do AT em ordem canônico-histórica, ou seja, segue a ordem canônica para o Pentateuco, por exemplo, mas segue a ordem histórica para os livros dos profetas. À semelhança da maioria dos teólogos bíblicos que abordamos, Kaiser não tem um capítulo específico para tratar o tema do pecado, mas trabalha o tema do pecado, especificamente sob a palavra pecado, em várias partes de sua obra. No entanto, Kaiser não entende, como no caso de Paul R. House quando escreve a respeito do livro de Levítico, que um texto bíblico específico trate do assunto do pecado e de seu desenvolvimento teológico. Esse sequer é o tratamento que Kaiser dá ao texto de Levítico, o qual, para Kaiser, tem o tema central “sede santos, porque sou santo” (KAISER 2011, p. 80).

Por fim, consideraremos a obra *Teologia do Antigo Testamento para cristãos: do contexto antigo à crença duradoura* de John H. Walton. A obra publicada em português pelas Edições Loyola em 2021 foi originalmente publicada em inglês no ano de 2017. Ou seja, não houve uma lacuna significativa de tempo entre a primeira publicação original e a publicação em português, o que faz com que possamos analisar a obra em português sem temermos qualquer distanciamento conceitual em relação à obra original ou reformulação do pensamento do autor em relação ao tema. Embora o título não sugira claramente o método de construção, estudo e análise da teologia bíblica do AT proposta pelo autor, aqueles que acompanham suas publicações sabem que por “contexto antigo” o título sugere uma teologia bíblica do AT em constante diálogo com o campo teórico de maior produção de John H. Walton: o ambiente e o contexto histórico-cultural do Antigo Oriente Próximo.

A teologia bíblica do AT de John H. Walton é ao mesmo tempo singela e profundamente instigante. É singela porque o autor não procurou deter-se excessivamente nas tecnicidades metodológicas de construção de uma tradicional teologia do Antigo Testamento. O texto é frequentemente breve em considerações teológicas e histórico-culturais a respeito da primeira parte do cânon, demonstrando como as lentes do pensamento do Antigo Oriente Próximo podem ser úteis à compreensão de temas teológicos presentes no Antigo Testamento. Ao mesmo tempo, o texto também é profundamente instigante, pois o autor descortina sua forma de pensar os temas teológicos do Antigo Testamento a partir de categorias singulares e não triviais, como “a disposição a se afastar da exegese tradicional sem questionar a teologia tradicional” (WALTON, 2021, p. 8). Walton descreve seus esforços com as seguintes palavras: “temos mais alguns fragmentos para acrescentar ao trabalho daqueles que vieram antes de nós; temos mais algumas ideias (...). Assim, assumimos o papel de um aqueduto, pegando o que nos foi dado e transmitindo para aqueles que poderiam se beneficiar com isso” (WALTON, 2021, p. 1).

Em seu primeiro capítulo, “Introdução e Fundamentos”, John H. Walton procura apresentar seus métodos e pressupostos que movem o livro. Segundo o autor, a maioria das diferenças entre os livros de teologia do Antigo Testamento deriva das “pressuposições que estão na base da investigação e das perspectivas resultantes trazidas para o texto”. Walton, evidentemente, apresenta sua abordagem particular, em alguns pontos bastante inovadora, em outros, bastante conservadora, como a centralidade da autoridade bíblica (inspiração e inerrância), e que essa característica da Bíblia exige nossa

submissão à sua autoridade. Essa compreensão mais conservadora é fundamental para entendermos a compreensão que Walton tem do pecado na teologia bíblica do AT, já que uma perspectiva sobre o AT que o trata mais como história da religião de Israel do que teologia tende a relativizar e esfacelar a seriedade com que o Antigo Testamento possa tratar o tema. Por outro lado, de acordo com Walton, “Repensar a interpretação de uma determinada passagem não precisa ser visto como um enfraquecimento de questões teológicas maiores” (WALTON, 2001, p. 8).

Apropriando-se dos pressupostos e metodologias que mencionei acima, Walton procura desenvolver desde o início uma definição de pecado que faça justiça ao contexto histórico-cultural do Antigo Oriente Próximo. Segundo o autor,

Se quisermos tentar compreender a teologia do pecado no Antigo Testamento, temos de começar removendo todos os paradigmas que tivermos derivado de nossas próprias teologias sistemáticas ou de estudos do Novo Testamento. A adoção desse procedimento não tem o objetivo de sugerir que esses entendimentos estejam errados; só estamos reconhecendo que os modos de pensar do antigo Oriente Próximo podem não ser os mesmos que os nossos (WALTON, 2001, p. 154).

Walton apresenta quatro formas de abordar a teologia do pecado no Antigo Testamento. A primeira abordagem apresentada, com base nos estudos de Mark Biddle em *Missing the mark: sin and its consequences in Biblical Theology* [Errando o alvo: o pecado e suas consequências na teologia bíblica] e de Gary A. Anderson em *Sin: a history* [Pecado: uma história] é a de “dois paradigmas que indicam de modo eloquente as consequências do pecado: ônus a ser suportado e dívida a ser paga” (WALTON, 2001, p. 154). Uma segunda abordagem para analisar a teologia do pecado no Antigo Testamento é observar as várias palavras hebraicas que são usadas para expressá-lo. Uma terceira abordagem seria falar sobre o que o pecado *faz* e não sobre o que o pecado *é*. Uma quarta abordagem, a última alternativa apresentada por Walton, é entender o pecado em termos do desequilíbrio causado por ele:

o modelo bíblico vê o pecado como o desequilíbrio difundido em um sistema em desarranjo. A existência humana autêntica aspira a realizar seu pleno potencial de ser à imagem de Deus, ao mesmo tempo em que também reconhece consistentemente sua condição de criaturas e suas limitações. O pecado é um desequilíbrio nessa aspiração: a humanidade falhando em refletir seu chamado divino e se esquecendo de suas limitações (WALTON, 2001, p. 155).

Walton, por fim, conclui que “essas abordagens não são mutuamente excludentes e, embora as duas primeiras tenham validade e contribuam para nosso entendimento, é o modelo de alienação/ do desequilíbrio que servirá como foco (...)” (WALTON, 2001, p. 156). Assim, Walton, em consonância e de forma coerente com seus estudos e produções acadêmicas, escolhe a última abordagem apresentada, a do desequilíbrio, como a forma de entender a teologia do pecado na Bíblia, já que o modelo parece ser o mais apropriado quando considerado à luz da forma literária e arquetípica por meio da qual o texto bíblico antigo foi transmitido e composto. “O desequilíbrio (desordem) perturbou o equilíbrio (ordem) que Deus estabeleceu” (WALTON, 2001, p. 156).

Walton não apresenta em sua obra uma robusta teologia bíblica do pecado. Ele não apresenta passagens bíblicas e a análise de seus respectivos contextos histórico-culturais nem um estudo detalhado das implicações teológicas de seus pressupostos metodológicos. No entanto, esse parece também não ser o objetivo de Walton. O autor, em vez de apresentar uma obra completa, delinea um método em vez de apresentar uma obra completa. O autor defende que no Antigo Testamento “Reconhecia-se que o pecado impunha um ônus, mas ele era mais comumente considerado em termos de seu rompimento da ordem de Deus. Era fonte de desordem relacionada primariamente à aliança” (WALTON, 2021, p. 177). No método que delinea, Walton sugere que a teologia do pecado no Antigo Testamento deva ser entendida em termos de “vida e morte pendendo no equilíbrio relacionado à ordem da aliança” (WALTON, 2021, p. 180). Assim, resumidamente, para Walton, o pecado está relacionado à desordem e associado à dificuldade no relacionamento com Deus em sua presença (aliança), que é o objetivo do qual “a salvação é um instrumento”.

2. Teologia bíblica do AT e os vocábulos do AT traduzidos por pecado

Com relação à palavra “pecado”, de conceito tão difundido, mas significado ainda impreciso entre os cristãos, devemos perguntar se o estudo dos vocábulos, comumente traduzidos por pecado, culpa, iniquidade, transgressão, falta etc., é importante para a compreensão correta do significado bíblico-teológico de pecado.

É claro que o estudo correto dos vocábulos não se empreende a partir de qualquer tradução bíblica, mas a partir do texto original hebraico¹⁰ e, talvez, para melhor esclarecimento, seja útil pesquisar palavras LXX¹¹ que traduzem aqueles termos hebraicos comumente associados a pecado. Nesse empreendimento, a pergunta que devemos fazer é: existe diferença qualitativa do ponto de vista do desenvolvimento bíblico-teológico de pecado quando consideramos os diferentes vocábulos do texto bíblico do AT? Há real diferença entre pecado e transgressão, por exemplo? Todas as palavras traduzidas por pecado numa versão da língua portuguesa são traduzidas de um mesmo vocábulo ou existem palavras que são traduzidas ora por pecado, ora por outro termo disponível na língua portuguesa? A título de exemplo, na tradução da Nova Versão Transformadora (NVT), se compararmos Gênesis 4,7 com Gênesis 50,17, a palavra que está “à porta de Caim” é traduzida por pecado (תַּחַת) e os irmãos de José são os “servos de Deus” que suplicam o perdão “para pecados de” (עֲוֹנוֹתָי). Contudo, as palavras hebraicas são distintas nesses dois textos, embora a expressão anterior em Gênesis 50,17 “o pecado deles” (חַטֹּאתָם) seja do mesmo tipo de Gênesis 4,7. A propósito, Gênesis 50,17 tem uma situação bastante interessante de duas palavras de raízes diferentes que, pelo menos na NVT, no mesmo versículo são traduzidas por pecado.¹²

Dentre os autores que mencionamos acima, apenas Smith e Merrill fazem um estudo comprometido dos vocábulos do AT traduzidos por pecado ou por terminologias semelhantes (transgressão, maldade, iniquidade, etc). Waltke fala dos vocábulos sobre pecado, mas de modo mais tímido, apenas mencionando o que significam no hebraico¹³, grosso modo, mas sem fazê-lo a partir de seus contextos, o que julgamos que seria não apenas conveniente, mas também indispensável.

No estudo de Waltke (2015, p. 310), ele menciona os vocábulos *chatā'* como pecado, *pesha'* como transgressão, *āwôn* como iniquidade, *āsham* como culpa, *ma'al*

¹⁰ Assumo aqui o texto hebraico original como sendo a forma final encontrada na edição crítica de Karl ELLIGER; Wilhelm RUDOLPH, Bíblia Hebraica Stuttgartensia.

¹¹ Septuaginta, a tradução do texto hebraico do Antigo Testamento para a língua grega.

¹² A palavra hebraica chave no contexto de Gênesis 50.17 é h[r] – como fica claro na continuação do texto no v.20. O que é pecado aqui tem de ser visto a partir disso. No caso de Gênesis 4.7 (1ª menção de pecado no AT), fica claro que “pecado” tem a ver com a não escolha de fazer o que é o correto – o verbo bjt aparece duas vezes no versículo.

¹³ Waltke diz apresentar “as traduções usuais das palavras hebraicas mais comuns desse campo semântico”. Antes, ele aponta para essas palavras como sendo, em sentido teológico, aquelas que apontam para “a violação ostensiva dos padrões ou normas divinos”. Temos de discordar dessa abordagem vocabular de Waltke como sendo minimalista. Os vocábulos geralmente traduzidos por maldade indicam subjetivamente pecado, mas não uma transgressão desvelada de um dos mandamentos, como é o caso do pecado de Davi de cobiçar a mulher do próximo, em Salmo 51.2, sendo ali uma “transgressão explícita de um dos dez mandamentos”.

como infidelidade, *ra'* como mal e *resha'* como culpa. Apesar disso, ele não faz nenhum tipo de levantamento dos textos que utilizam esses vocábulos nem trabalha com esses vocábulos nos textos posteriores sobre o estudo do pecado.

Smith, por outro lado, parece comparar o sentido básico das palavras hebraicas em relação ao contexto de uso. Por exemplo, sobre *chatā*, ele menciona os textos de Juízes 20,16 e Provérbios 19,2 em que ambos falam sobre um sujeito que “erra o alvo”; *'āwôn* é comparada ao contexto de 1Samuel 20,1 sobre “perverter” ou “tornar mau” e, após o levantamento, Smith propõe um resumo do significado de pecado.

O interessante no trabalho de Smith é a menção que ele faz de trabalhos acadêmicos engajados na tentativa de desvelar o sentido de pecado a partir do estudo dos vocábulos bíblicos. Smith menciona o trabalho de C. R. Smith e sua divisão das palavras hebraicas por grupos de termos genéricos, metáfora e antônimos. Menciona também o trabalho de Wheeler Robinson, cuja preocupação é a manutenção da relação e aproximação entre os termos e a história: “a revelação do AT não é filológica, mas histórica; cada termo em si é como uma gaveta trancada, até que a abramos com a chave da história” (SMITH, 2001, p. 268-69). Robinson, então, propõe que as palavras sejam divididas em quatro grupos: desvio do caminho certo, condição alterada do agente (culpa), rebeldia contra um superior ou infidelidade a um acordo e caracterização da qualidade do ato em si. Smith também menciona um trabalho de De Vries, que organizou as palavras hebraicas em seis grupos: palavras formais que indicam um desvio do que é bom e correto; termos teológicos, que mostram o pecado como um desafio contra Deus; termos que descrevem o estado interior do pecador; termos em que sobressai o aspecto ético; termos que destacam os resultados maléficis do pecado; termos relativos à culpa. De acordo com Smith, “De Vries afirmou que não é por acaso que a Bíblia tem um vocabulário rico referente ao pecado. Isso vale especialmente para o Antigo Testamento. Seus autores não se preocuparam em dar uma definição teórica de pecado, mas refletiram, em sua terminologia rica e visual, ‘a profundidade e os amplos efeitos do pecado que experimentavam’” (SMITH, 2001, p. 269). O levantamento de De Vries registrado em Smith ainda nota que “há um nome para cada pecado e crime específico”. Segundo ele, a linguagem sobre o pecado pode ser classificada em termos formais, relacionais, psicológicos e qualitativos.

Merril (2009, p. 222) também faz levantamentos das palavras utilizadas para pecado no AT. Com relação ao vocábulo *חָטָא* e cognatos, Merrill menciona suas ocorrências no Antigo Testamento como verbo e substantivo. Após, faz um interessante

percurso por Gênesis mostrando essas ocorrências e comentando-as para esclarecer seu sentido no contexto. Na continuação de seu estudo, Merrill menciona o texto de Êxodo 34,6-7: “Passando, pois, o Senhor perante ele, clamou: O Senhor, o Senhor Deus, misericordioso e piedoso, tardio em irar-se e grande em beneficência e verdade; Que guarda a beneficência em milhares; que perdoa a iniquidade, e a transgressão e o pecado; que ao culpado não tem por inocente; que visita a iniquidade dos pais sobre os filhos e sobre os filhos dos filhos até a terceira e quarta geração” e comenta: “Essa colocação dos termos técnicos pressupõe certa igualdade entre eles, ao mesmo tempo em que transmite alguma faceta única de afronta a um Deus santo. Levítico 16,16.21 e Números 14,18 — a única outra ocorrência de *pasha*’ — apoiam essa argumentação” (MERRIL, 2009, p. 225).

Walton apresenta o estudo das várias palavras hebraicas que são usadas para expressar o conceito de pecado como uma abordagem alternativa para analisar a teologia do pecado no Antigo Testamento, mas demonstra alguma preocupação sobre a forma desse estudo ser feito, exemplificando a comum declaração de que pecado no Antigo Testamento signifique “errar o alvo”, o que configura um equívoco semântico. O autor lembra: “Os significados das palavras são derivados de seu uso, não de sua etimologia” (WALTON, 2021, p. 154).¹⁴ De acordo com Walton, “As palavras individuais para pecado podem nos ajudar a reconhecer suas várias formas (rebelião, transgressão, iniquidade, culpa), mas essa análise semântica não pode nos levar muito além disso” (WALTON, 2021, p. 155).

3. Análise das metodologias de estudo do tema do pecado nas teologias bíblicas do AT

A primeira grande semelhança entre as teologias do AT pelas quais passamos é que não têm uma seção específica para o estudo do pecado. A segunda grande semelhança entre as obras é que não apresentam estudos detidos, consistentes e profundos sobre os vocábulos relacionados ao conceito de pecado no AT. A terceira semelhança, que é a que

¹⁴Essa afirmação de Walton se relaciona com os pressupostos da crítica da forma, nos quais o significado do texto é estabelecido não a partir da ênfase na determinação do ambiente histórico de composição mas no tipo de uso e função social. A crítica da forma (*Formgeschichte*, em alemão), baseia-se em três princípios: o material literário pode ser categorizado de acordo com a semelhança nas formas; semelhança de forma aponta para semelhança de uso (*Sitz im Leben*); textos de outras culturas contemporâneas à Israel que tenham textos de gênero semelhante podem contribuir para elucidar o uso da literatura equivalente em Israel.

destacaremos aqui, é que as teologias bíblicas do AT que estudam os vocábulos fazem algum tipo de defesa da importância dessa discussão como crucial para a vida cristã e a melhor compreensão de toda teologia bíblica. Smith, por exemplo, inicia sua seção sobre pecado ressaltando a importância do estudo do tema por causa da seriedade com que a Bíblia o trata e por causa de seus efeitos: “No Antigo Testamento, o pecado despedaça a unidade da natureza humana destrói a harmonia do mundo”. De fato, a compreensão da própria redenção depende da compreensão do pecado. De acordo com Willian Law: “Toda a natureza da religião cristã firma-se sobre estes dois grandes pilares: nossa grande queda e nossa grande redenção”. Se G. K. Beale estiver correto, a compreensão do plano de Deus e do Antigo Testamento depende de uma firme compreensão do pecado, pois:

O Antigo Testamento é o registro da ação de Deus, que restaura progressivamente, do caos seu reino de nova criação sobre um povo pecador por sua palavra e seu Espírito, mediante promessa, aliança e redenção, o que resulta em uma comissão mundial dos fiéis para que promovam esse reino e o juízo (derrota ou exílio) aos infiéis para a glória de Deus (BEALE, 2018, p. 73-4).

O enredo do AT, portanto, gravita entre Queda e restauração, de modo que esse processo de decadência e renovação ocorre por causa dos efeitos e extensão da pecaminosidade. Mas qual pecado? O suposto cinismo do povo de Israel é, na verdade, um grande desconhecimento da pecaminosidade da profanação: “O filho honra o pai, e o servo o seu senhor; se eu sou pai, onde está a minha honra? E, se eu sou senhor, onde está o meu temor? diz o SENHOR dos Exércitos a vós, ó sacerdotes, que desprezais o meu nome. E vós dizeis: Em que nós temos desprezado o teu nome? Ofereceis sobre o meu altar pão imundo, e dizeis: Em que te havemos profanado? Nisto que dizeis: A mesa do Senhor é desprezível” (Ml 1,6-7).

Ainda que alguns teólogos não concordem com metodologias que trabalham com centros teológicos, não podem deixar de reconhecer que o estudo do pecado é crucial para entender a própria revelação. Como disse C. R. Smith, “O Antigo Testamento tem mais termos que descrevem o mal do que termos que descrevem o bem; enquanto há apenas uma maneira de fazer o que é certo, há muitas maneiras de agir errado” (SMITH, 2001, p. 263).

Os teólogos bíblicos do AT que separaram seção para o estudo do pecado fazendo uso de vocábulos, puderam dar maior atenção a assuntos que não podem ser apropriadamente desenvolvidos nos contextos históricos e proféticos do AT. A ideia de “todo coerente” se perde quando uma análise geral de um tema não é realizada,

especialmente quando há outros temas que desse primeiro são dependentes. Não parece apropriada, e sequer satisfatória, a abordagem que prescinde de definir, por exemplo, a extensão da pecaminosidade e sua inerência à natureza humana. Uma teologia bíblica do AT que é feita na ordem canônica, mas não tem uma seção de estudo bíblico-teológico e vocabular do pecado, como é o caso de Paul House e Kaiser, tem dificuldade em demonstrar como o pecado está interagindo com o homem individualmente, para com a comunidade e para com Deus. A análise dos enredos fica resumida à mera desobediência a Deus, mas não à natureza espiritual e inerente do pecado e de todo seu espectro de influência sobre o ambiente.

4. Implicações práticas da teologia bíblica do pecado para o ensino da fé cristã

A primeira implicação prática da teologia bíblica para o ensino da fé cristã é o fato de que só a teologia bíblica pode pintar adequadamente o quadro todo da compreensão do pecado, seus efeitos, distorções, gravidade e, também, a vitória sobre ele. O relato da Queda é amplamente estudado, mas sozinho não nos proporcionaria um quadro completo de seus efeitos. Por outro lado, uma teologia bíblica que falha em mostrar as conexões entre o pecado e os outros temas da revelação, falha também em ajudar o cristão a enxergar como pode viver para a glória de Deus, que é alvo e a razão de ser da revelação e da pregação.¹⁵

A segunda implicação é que só a teologia bíblica, com ferramentas pertinentes, pode ajudar o pregador a elucidar o significado e as consequências do pecado. O início dessa elucidação é vocabular: palavras e terminologias adequadas, ou seja, de acordo com o contexto do texto bíblico e com a compreensão do ouvinte¹⁶ para fazê-lo entender, de fato, todo o drama do pecado no AT e como isso pode auxiliá-lo a entender melhor a salvação proporcionada em Cristo. A propósito da questão vocabular, Smith cita a preocupação de Karl Menninger sobre a perda da palavra e do conceito de “pecado” no vocabulário moderno:

¹⁵ Essa compreensão reflete a resposta à pergunta 1 do Catecismo Maior de Westminster: “1. Qual é o fim supremo e principal do homem? Resposta: O fim supremo e principal do homem e glorificar a Deus e gozá-lo para sempre (Rm 11,36; 1Cor 10,31; Sal. 73,24-26; João 17, 22-24).”

¹⁶ Neste ponto, vemos como uma boa técnica de tradução pode ser importante para o leitor comum da Escritura. Termos como “transgressão” e “pecado” são, para um leitor comum, apenas maneiras diferentes de dizermos a mesma coisa. Talvez, no entanto, seja diferente dizer que alguém pecou por falar algo inconveniente e dizer que alguém pecou por que matou alguém. Existe uma dimensão diferente nesses atos pecaminosos e os vocábulos bíblicos do Antigo Testamento parecem auxiliar nessa tarefa.

Em si, a palavra “pecado”, que parece ter desaparecido, era uma palavra orgulhosa. Era uma palavra forte, ameaçadora, séria. Descravia um ponto central do plano de vida e do estilo de vida de todo ser humano civilizado. Mas a palavra foi embora. Desapareceu quase totalmente — a palavra e a noção (SMITH, 2001, p. 264-5).

O desaparecimento da discussão sobre as terminologias relacionadas a pecado talvez tenha ocorrido junto com o desaparecimento da discussão sobre o conceito de pecado em si, devido à relativização do certo e errado (pecado) na sociedade ou até mesmo o questionamento da sua real existência. Segundo Smith (2001, p. 265), quatro fatores novos no século XX contribuíram para o dilema moderno quanto à natureza do pecado: 1) a popularização da teoria da evolução biológica; 2) a descrição socioeconômica abrangente de conduta e valores de Karl Marx; 3) toda a abordagem psicanalítica ligada à obra de Freud, Jung e outros; 4) o pessimismo radical e cada vez mais profundo do mundo secular. A teoria da evolução biológica, em particular, quando associada a filosofias antropológicas sobre a natureza humana, como a do “bom selvagem” de Rousseau, que considera o homem “naturalmente bom, mas corrompido gradativamente pela sociedade”. Essa corrupção é, nessa filosofia, considerada como proveniente das relações econômicas e pelo aparecimento das classes econômicas e um modelo de mundo baseado no consumo (NICOLA, 2005, p. 304).

A terceira implicação prática da teologia bíblica para o ensino da fé cristã é o fato de que a adoração a Deus e uma vida de devoção e santidade dependem do conhecimento que possuímos de Deus e de sua vontade. Como já mencionamos anteriormente, o estudo do pecado é crucial para entender a própria revelação. Deus se revela santo em contraposição à pecaminosidade humana e nós percebemos isso a partir dos vocábulos antônimos: Deus é justo, santo, puro, sábio e glorioso e as palavras opostas a essas são *rasha*‘ (maligno), *hālel* (profano), *tāme*‘ (imundo), *kesel* (tolo), *bōset*, *chārap*, *kālam* (vergonha), para mencionar alguns casos (SMITH, 2001, p.268). A importância da teologia bíblica no estudo dos antônimos pode ser percebida no fato de que algumas palavras são sinônimas, reforçando o discurso e as figuras de linguagem do Antigo Testamento, especialmente em textos de gênero poético. Por esse motivo, o sentido geral dos vocabulários tem de ser apreendido a partir dos seus vários usos contextuais. A maioria das teologias do Antigo Testamento que analisamos começaram com definições de pecado comumente aceitas, mas não se debruçaram em uma genuína análise bíblica.¹⁷

¹⁷Smith menciona a obra *Sin in the Old Testament*, de Stefan Porubcan, na qual este analisou as palavras hebraicas mais importantes sobre pecado em relação aos antônimos. Depois Rolf Knierim criticou a obra

A quarta implicação é o fato de que uma teologia bíblica do pecado enseja uma melhor compreensão da necessidade de regeneração e salvação do pecado. Muitos cristãos talvez pensem que a salvação de que necessitam se dá apenas no dia em que morrerem. Ou seja, tudo de que precisam é crerem¹⁸ para a salvação antes de morrerem a fim de se verem livres “do poder do pecado”. Essa visão do poder é extremamente reducionista. Os teólogos bíblicos talvez subestimem tanto sua influência sobre os pastores quanto subestimam a influência do conceito de pecado na compreensão correta de uma teologia bíblica. Uma correta teologia bíblica do pecado mostrará, desde o Éden, orgulho, idolatria, mentira, legalismo, independência de Deus. Mas uma teologia isolada de Gênesis 3 não mostrará toda essa relação interna de pecados entrelaçados ao pecado original.¹⁹ O poder do pecado está presente na vida cotidiana (maldade, maledicência, injustiça, mentira, cobiça, adultério) e é do “poder cotidiano” do pecado que os crentes em Cristo precisam se ver livres. Precisam saber que o pecado original e seus desdobramentos são mais sutis do que imaginam. Uma teologia bíblica desses efeitos do pecado no enredo bíblico do Antigo Testamento poderá mostrar isso com mais clareza ao pregador para que ele ensine à igreja, pois “O ser humano não é simplesmente uma criatura com dignidade e posição elevada; ele é uma criatura com profunda necessidade. E essa necessidade é a salvação do pecado”.²⁰ Desprezar esse fato é desprezar o que o próprio Antigo Testamento ensina com relativa ênfase: “os escritores bíblicos sabiam que, sem Deus, o ser humano é um pecador perdido, incapaz de se salvar ou de encontrar a felicidade” (SMITH, 2001, p. 264).

A quinta implicação diz respeito à uma teologia bíblica do pecado que propicie uma melhor compreensão do que pode ser uma vida que glorifica a Deus. Em primeiro lugar, se pecado é definido também como “rebelião contra Deus” (SMITH, 2001, p. 272), uma vida que glorifica a Deus é exatamente o oposto disso. O cristão precisa saber, por

de Porubcan acusando de enviesamento da posição teológica a parte de uma verdadeira teologia do AT. É mais ou menos isso que parece ocorrer com muitos trabalhos teológicos que tentam definir pecado. Não se trata de tentarmos tornar complexo o conceito de pecado, como se não houvesse um sentido geral e agregador (Smith (2001, p.266) diz que não há uma única definição abrangente de pecado na Bíblia, afirmação com a qual concordamos), mas somente um vocabulário mais detalhado pode dar uma ideia geral da natureza, dos efeitos e da dimensão individual e social do pecado. A crítica de Knierim a Porubcan é de não fazer “uso de suficiente crítica literária nem de métodos tradicionais-históricos”. Smith diz que essa crítica pode ser aplicada a maioria dos estudos doutrinários preparados até então (Ralph L. SMITH, *Teologia do Antigo Testamento*, p. 265-6).

¹⁸ Essa forma de compreensão soteriológica é mais restrita aos grupos protestantes/ evangélicos que confessam um princípio conhecido como *Sola Fide*.

¹⁹ Nem uma teologia isolada de Levítico, como no caso de Paul House.

²⁰ Rowley, *The rediscovery of the Old Testament*, 217, citado por Smith (2001, p. 264).

meio do conjunto do testemunho bíblico, de que modo talvez esteja em rebelião contra Deus. Há pecados sutis, como a idolatria e a cobiça, que podem caracterizar-se como rebelião, mas precisam ser trazidos à luz pelo estudo da Palavra de Deus. Em segundo lugar, Deus é glorificado quando os atos salvíficos e redentores do Senhor vêm ao encontro do homem por causa do pecado para “restaurar o relacionamento rompido entre ele e sua criação” e triunfar sobre o poder temporal do pecado, “sobre as forças antiteocráticas deste mundo” (MERRIL, 2009, p. 249).

Considerações finais

Os teólogos bíblicos talvez subestimem sua influência sobre os sacerdotes e leigos cristãos tanto quanto subestimam a influência do conceito de pecado na compreensão correta de uma teologia bíblica. Smith menciona a acusação de Edward J. Young contra Von Rad, pois “Von Rad evita totalmente mencionar o fato de que o ser humano é uma criatura caída e que se fez uma promessa de salvação”. Young também afirmou que G. Ernest Wright, Mowinckel, Gunkel e Barth “estavam cegos para o fato de que a Bíblia está preocupada primordialmente com o pecado” (SMITH, 2001, p. 264). Ou seja, a preocupação com o lugar do pecado na teologia bíblica do Antigo Testamento não é nova e talvez tenha sido relativizada ou esquecida. O conceito de “alienação” para uma “doutrina do pecado” de Paul Tillich mostra justamente o alinhamento ao existencialismo em oposição a uma teologia do pecado que seja claramente bíblica. Já dissemos antes que Bruce Milne acusa Barth, Niebuhr e Norman Pittenger de deixar a desejar sobre o tema do pecado quando de uma perspectiva bíblica (SMITH, 2001, p. 265). Portanto, pudemos constatar claramente uma espécie de “abandono” do tema do pecado como um dos temas estruturantes da teologia bíblica na tarefa de compreender o todo.

Na análise da metodologia de estudo bíblico do pecado, notamos que os teólogos bíblicos do AT que separaram seção para o estudo do pecado fazendo uso de vocábulos puderam dar maior atenção a assuntos que não podem ser apropriadamente desenvolvidos nos contextos históricos e proféticos do AT. Ainda que não fizessem o estudo dos vocábulos, ao menos deveriam reconhecer a importância constante do tema do pecado no enredo do Antigo Testamento. A ideia de “todo coerente” se perde quando uma análise geral de um tema não é realizada, especialmente quando há outros temas que desse primeiro são dependentes. De fato, o tema da “restauração” do povo de Deus é essencialmente dependente daquilo do que se deseja restaurar. Embora cuidados

essenciais como o apresentado por Walton devam ser tomados no estudo vocabular, não podemos prescindir dele. A possibilidade do equívoco semântico talvez não seja um motivo suficiente para deixarmos de lado o estudo das palavras do campo semântico de pecado e mal, mas um estímulo adicional para o estudo sincrônico e diacrônico cuidadoso desses vocábulos tanto no texto bíblico quanto nos textos não canônicos compostos no mesmo período.

Além disso, verificamos que quase todas as teologias do AT começaram seus estudos sobre pecado com definições de pecado comumente aceitas, mas não apresentaram análises bíblicas convincentes que pudessem sustentar essas definições. As definições apresentadas geralmente elaboram uma espécie de conceito de pecado universalmente aceito, subjetivo, que não apresenta razões para questionamento. No entanto, quando falamos de teologia bíblica, devemos ter a preocupação de restringir as definições dos conceitos à Bíblia. Nesse ponto, é extremamente útil a crítica que Walton faz à exegese tradicional, na qual, por exemplo, “entre as passagens usadas com frequência para corroborar a criação a partir do nada está Gênesis 1,1. No entanto, é possível derivar um forte argumento (tanto do contexto como da linguagem) de que Gênesis 1,1, não descreve de fato a criação a partir do nada” (WALTON, 2021, p. 8). No método de Walton, em particular, embora a definição de pecado não seja trivial e não tenha sido obtida da “exegese tradicional”, também não emerge principalmente do texto bíblico, mas do contexto histórico-cultural do Antigo Oriente Próximo, pano de fundo da narrativa bíblica mais antiga. É verdade que é o próprio texto bíblico que fornece esse contexto de onde vem a definição, mas a própria compreensão de “desordem relacional” pode ser enriquecida e aprofundada pela investigação semântica de pecado no Antigo Testamento.

Os estudiosos apresentados concordam que a tarefa de construção de uma teologia bíblica é árdua — alguns a enxergam como impossível —, mas também concordam, mesmo os que propõem temas centrais/ unificadores para suas teologias, que a teologia do AT possui uma espécie de “dependência interna” dos conceitos teológicos ali encontrados. Aliança, pecado, salvação, maldição, queda etc. são todos temas presentes no Antigo Testamento que precisam ser estudados separadamente e conjuntamente. Nenhum deles pode ser entendido corretamente à parte do outro. Assim, o tema do pecado exige um estudo separado, que pode ser o estudo semântico atento ao contexto histórico-cultural e amparado na compreensão do desenvolvimento sincrônico e diacrônico do conceito. Conjuntamente, o estudo do pecado exige sua apreciação nos contextos gerais

e específicos de uso das palavras do campo semântico de pecado ao longo de todo o texto bíblico de forma sempre atenta à especificidade do gênero literário de composição.

A teologia bíblica *cristã* do pecado glorifica a Deus em sua revelação de si mesmo e do seu plano salvífico e perde sua função quando deixa de apontar para Cristo como aquele que resolve o problema do pecado. É exatamente isso que a teologia bíblica deixa de fazer quando relega o pecado a uma categoria diluída nas análises sequenciais canônicas e cronológicas. Por esse motivo, surgem tentativas de síntese do conceito de pecado e, por esse motivo, um reducionismo. De acordo com Darrin Patrick (2013, p. 206), Tim Keller, por exemplo, diz que existe um conceito de “pecado por trás de pecado”, ou seja, supostamente um pecado desenvolve outro e, portanto, existe um “pecado originário” de outros, ainda que exista “um pecado original”. E a discussão teológica é sobre qual é o pecado original. Tertuliano chegou a dizer que todo pecado tem sua origem na idolatria (PATRICK, 2013, p. 206). Nesse caso, a idolatria seria a síntese do conceito de pecado, o “pecado gerador”. Seria a idolatria o pecado original? Quais pecados ou qual pecado estava por trás do pecado de desobediência de Adão e Eva? A chance ou não de síntese e definição deveria ser provida por uma teologia bíblica do pecado comprometida com uma exegese contextual-canônica (BEALE, 2014, p. 23).

Em um mundo de crescentes relativizações morais, uma robusta teologia bíblica do pecado poderá responder não apenas às lacunas sobre o assunto deixadas por vários teólogos bíblicos do AT, mas auxiliará melhor expositores e estudiosos bíblicos e cristãos comprometidos com a Palavra de Deus a compreenderem corretamente a missão do povo de Deus e a melhor forma de proclamar o evangelho da luz da graça de Deus. A forma como enxergamos o mundo e como o compreendemos é profundamente influenciada pela teologia bíblica do pecado que confessamos. Uma vez que o pecado é parte da realidade a qual pertencemos e o mal é uma realidade inescapável, precisamos de uma formulação bíblica consistente e séria para lidar com um problema que nos afeta todos os dias, pois, “basta cada dia o seu mal” (Mt 6,34).

Referências

- BEALE, G. K. **Você se torna aquilo que adora**: uma teologia bíblica da idolatria. São Paulo: Vida Nova, 2014.
- BEALE, G. K. **Teologia Bíblica do Novo Testamento**. A continuidade do Antigo Testamento no Novo. SP: Vida Nova, 2018.
- BRUEGGEMANN, W. **Theology of the Old Testament**: Testimony, Dispute, Advocacy. Minneapolis, MN: Fortress Press, 1997.

- EICHRODT, W. **Teologia do Antigo Testamento** (tradução Cláudio J.A. Rodrigues). São Paulo: Hagnos, 2004.
- GUNNEWEG, A. H. J. **Teologia Bíblica do Antigo Testamento: uma história da religião de Israel na perspectiva bíblico-teológica**. São Paulo: Editora Teológica: Edições Loyola, 2005.
- HOUSE, P. R. **Teologia do Antigo Testamento**. SP: Vida Acadêmica, 2005.
- KAISER, W. C. **O plano da promessa de Deus: teologia bíblica do Antigo e Novo Testamentos**. São Paulo: Vida Nova, 2011.
- MERRIL, E. H. **Teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Shedd Publicações, 2009.
- NICOLA, U. **Antologia ilustrada de filosofia**. São Paulo: Globo, 2005.
- PATRICK, D. **O plantador de Igreja: o homem, a mensagem e a missão**. São Paulo: Vida Nova, 2013.
- RAD, G. V. **Teologia do Antigo Testamento** / tradução Francisco Catão. – 2ª ed. - São Paulo: ASTE/TARGUMIM, 2006.
- SMITH, R. L. **Teologia do Antigo Testamento: História, Método e Mensagem**. SP: Vida Nova, 2001.
- VOS, G. **Teologia Bíblica Antigo e Novo Testamentos: a rica variedade da Escritura redescoberta à medida em que se explica o desenvolvimento progressivo dos temas bíblicos**. São Paulo: Cultura Cristã, 2019, 2ª edição.
- WALTON, J. H. **Teologia do Antigo Testamento para cristãos: do contexto antigo à crença duradoura**. São Paulo: Edições Loyola, 2021.
- WALTKE, B. **Teologia do Antigo Testamento: uma abordagem exegética, canônica e temática**. São Paulo: Vida Nova, 2015.

Recebido em: 21/10/2023

Aprovado em: 04/12/2023